

DOCÊNCIA E SAÚDE MENTAL EM SALA DE AULA¹

JACOB, Simara dos Anjos Ferreira Pais.²

RADAELLI, Patricia Barth.³

MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata⁴

RESUMO

Neste artigo discorre-se, sobre o surgimento da medicina do trabalho e a sua evolução à saúde do trabalhador, apresentando brevemente pressupostos teóricos e metodológicos com relação à ênfase atribuída ao trabalho no processo de adoecimento mental. São apresentadas as representações que cada indivíduo faz diante da sua situação de trabalho perante a sociedade. A importância da atuação do profissional de psicologia nesta área se dá no sentido de promover o bem-estar físico e mental adequado às condições de trabalho.

PALAVRAS CHAVES: saúde/doença mental, trabalho, psicologia.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa sobre Docência e Saúde mental em sala de aula, objetivo ressaltar alguns teóricos que abordam aspectos referentes à saúde mental do docente dentro das Instituições de Ensino. A discussão versará como cada indivíduo, partindo de sua subjetividade. Partindo da sua subjetividade, entende-se por bem estar, e através desse ponto considerado crucial pelos autores relacionados neste trabalho, lidam com situações cotidianas que fazem parte da rotina nas Instituições de Ensino.

Partindo deste pressuposto, procurou-se elencar questões como o adoecimento no trabalho, que o próprio indivíduo demora levar em consideração, que questões como elevadas jornadas de trabalho, possam ser consideradas causas desse adoecimento, ou até mesmo o sentido que cada um atribui a esse trabalho.

Um aspecto relevante na atualidade, trata-se da psicologia inserida nas Instituições de Ensino Superior, procurando perceber o sujeito como um todo, como um ser que pode adoecer dentro das dinâmicas empregatícias, sem que essa demanda seja percebida. Assim, a psicologia tem uma gama de possibilidades, para auxiliar esse indivíduo a olhar para si e se desenvolver e adequar-se de acordo com sua especificidade e afinidade nesse meio profissional.

¹ Pesquisa devidamente registrada como Programa de Iniciação Científica Voluntária na Coordenação de Pesquisa e Extensão do Centro Universitário FAG.

² Acadêmica de Pós Graduação em Docência do Ensino Superior- E-mail: simaraanjo@fag.edu.br

³ Doutora em Letras área de concentração, mestre em Letras, Graduada em letras português e inglês. E-mail: patriciab@fag.edu.br

⁴ Economista. Mestre em Desenvolvimento Regional. Professor do Centro Universitário FAG e da Faculdade Dom Bosco. E-mail: eduardo@fag.edu.br.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Mendes e Dias (1991), a partir da Revolução Industrial, na primeira metade do século XIX, surge a medicina do trabalho enquanto especialidade médica. Devido à submissão dos trabalhadores a um processo acelerado e desumano de produção, fez-se necessário uma intervenção, serviço médico de empresa, serviço esse que deveria ser prestado por alguém de confiança do empresário e que se dispusesse a defendê-lo. Desta forma, passou a ser do médico, toda e qualquer responsabilidade acerca da saúde e condições física dos colaboradores. Com a expansão deste modelo e decorrente do inexistente sistema de saúde oferecido pelo Estado na época, o serviço médico de empresa tornou-se fator determinante para a permanência dos operários nas indústrias.

Com o passar do tempo esta prática foi regulamentada e passou a prever que os serviços médicos assegurassem a proteção dos trabalhadores no ambiente de trabalho, contribuindo para o bem-estar físico e mental, bem como a adaptação dos trabalhadores em lugares de trabalho correspondentes às suas habilidades. Esta função de adequar o sujeito ao trabalho a manutenção de sua saúde tornou-se estritamente à intervenção médica e se dava através de atividades educativas.

Alguns estudos evidenciam que alguns indivíduos percebem, lutam e pensam, ou seja, que apresentam um padrão de percepções, motivos, emoções e comportamentos adaptativos, que não se parece ao de ninguém mais. Neste contexto, o escritor, enquanto indivíduo, é um ser único em destaque na unicidade que conjuga o conjunto humano de indivíduos. Seu mundo é feito do que ele percebe, sente, vê, pensa e imagina como nenhuma outra pessoa pode fazer identicamente. O mundo, assim percebido, antecede sua criação linguística, fazendo-o, primeiramente, pensar com seus sentidos. Por decorrência, a percepção individual de um escritor é seu pensamento; sua invenção, uma observação acerca do percebido (KRECH e CRUTCHFIELD, 1980, p.13).

Dor (1991) nos aponta uma noção de diagnostico em psicanálise, ou seja, o sujeito pode ser, mobilizado por dois objetivos, primeiro, objetivo de observação: destinado a determinar a natureza de uma afecção ou uma doença, a partir de uma semiologia e o segundo, objetivo de classificação, permite localizar um estado patológico no quadro e uma nosografia.

Para tanto o, analista deve estar apto a se apoiar em certos elementos estáveis, na elaboração do diagnóstico na escolha da condução da cura. Para a psicanálise o diagnóstico é um ato deliberadamente posto em suspenso e relegado a um devir, é quase impossível determinar, uma avaliação diagnostica sem o apoio de certo tempo de análise (DOR, 1991).

Dejours (1992) constatação anterior, sofrimento começa quando a relação homem-organização do trabalho está bloqueada, desta forma é preciso reter a antinomia entre a satisfação e organização do trabalho. Quanto mais o local do trabalho é rígido mais sua divisão é acentuada, menor é o conteúdo significativo do trabalho e menores é o conteúdo significativo e possibilidade de mudá-los. A insatisfação é resultante de uma adaptação do conteúdo ergonômico do trabalho ao homem que está na origem de inúmeros sofrimentos somáticos, sendo estes físicos ou doenças que atingem o aparelho mental.

Segundo Dejours (1992), o medo é uma das dimensões da vivência dos trabalhadores, que se inicia com uma diferenciação entre medo e angústia. Para o autor, a angústia é uma produção individual resultante de um conflito intrapsíquico (contradição entre dois impulsos inconciliáveis). Pode tratar-se uma oposição entre duas pulsões, entre dois desejos, entre dois sistemas (consciente e inconsciente), entre duas instâncias (ego e superego). Assim, a angústia só pode ser esclarecida pela referência contínua à história individual, à estrutura de personalidade e ao modo específico de relação objetal, devendo ser investigada pela psicanálise.

Dejours chama atenção para, as medidas preventivas, na maioria das vezes, ineficientes até porque, muitas vezes o risco ou suas manifestações são mal conhecidas muito frequentemente é um acidente que revela a existência de um risco até então desconhecido.

Segundo Zanelli (2004), na Psicologia organizacional e do trabalho, falamos em construtos como motivação para o trabalho, comprometimento no trabalho, envolvimento no trabalho, aprendizagem no trabalho, treinamento em trabalho, aconselhamento no trabalho, estresse no trabalho, qualidade de vida no trabalho.

Para Zanelli (2004) o trabalho é o que se faz para ganhar a vida ou se é pago para fazer, emprego é uma forma específica de trabalho econômico, que pressupõe a remuneração, regulado por um acordo contratual. Baseado na diferenciação que o emprego implica a redução do trabalho a um valor de troca. A diferenciação entre esses dois aspectos é importante, porque tem implicações diretas na forma de analisar os problemas do mundo do trabalho na atualidade. A autora argumenta que, considerando tal diferença, deve ser mais adequado opor o desemprego ao emprego e não o discutir como a antítese do trabalho. Cada indivíduo tem seu próprio conceito de trabalho, o que em si estabelece uma variedade imensa de conceitos ou significados.

Santos, Pereira e Lopes (2018) explanam, aos professores são exigidas novas competências, novos focos de preocupação e novas atividades, o que instaura uma preocupação com a intensificação do trabalho docente. Há transformações nas dimensões do trabalho docente (ensino,

investigação, extensão e gestão acadêmica) e na relação e na articulação entre elas. São identificadas, também, muitas mudanças em relação à gestão da universidade, como formas mais hierarquizadas e menos colegiadas de gestão, muitas vezes aproximadas e relacionadas com instituições mais voltadas para o mercado. (SANTOS, PEREIRA E LOPES. 2018)

As autoras enfatizam que já foi o tempo em que a docência era uma atividade de destaque e ocupava certo *status* na sociedade. Diferentemente disso, hoje, o professor muitas vezes é caracterizado como um desfavorecido socialmente, sobretudo aqueles que se dedicam ao trabalho nos ensinos Fundamental e Médio das escolas públicas brasileiras (PAZ e FRADE, 2016).

No que se refere à psicologia em educação, desenvolveu-se estritamente ligada à educação, primeiro campo ao qual se deu a aplicação desta ciência em nosso país. Na realidade, não foi a Psicologia da educação que derivou da psicologia, mas sim a segunda que derivou da primeira, pois historicamente, no Brasil, desde o início do século, tornou-se o fundamento básico da educação (GOULART, 2007).

A autora salienta, tanto a Psicologia quanto a educação estão inseridas num quadro histórico, político, econômico e social a inserção da Psicologia da Educação neste quadro nos torna possível compreender as características bem específicas que esta ciência adquiriu no Brasil e ainda o momento histórico e as teorias psicológicas ou educacionais nele dominantes.

No entanto, a definição dos limites da Psicologia Educacional a partir do seu histórico tem sido feita, geralmente, seguindo uma trajetória que coloca Psicologia e Educação numa proximidade tal que torna possível perceber-se o relacionamento entre elas no panorama do pensar humano (GOULART, 2007).

Paz e Frade (2016) apontam dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) de 2007 previram que o Brasil apresentaria uma situação alarmante para a próxima década, qual seja não ter professores para atuar no Ensino Médio da Rede pública, os mesmos mostram que a categoria é atingida por altos índices de afastamento por problemas de saúde e de faltas ao trabalho por problemas de exaustão. Esse estudo revela, ainda, que, entre as causas apontadas para o pouco interesse dos jovens pela profissão, estão os baixos salários, a violência nas escolas e a superlotação das salas de aula.

A resposta racional, “científica” e aparentemente inquestionável traduz-se na ampliação da atuação médica direcionada ao trabalhador, pela *intervenção* sobre o *ambiente*, com o instrumental oferecido por outras disciplinas e outras profissões. A “Saúde Ocupacional” surge, sobretudo, dentro das grandes empresas, com o traço da multi e interdisciplinaridade, com a organização de

equipes progressivamente multiprofissionais, e a ênfase na higiene “industrial”, refletindo a origem histórica dos serviços médicos e o lugar de destaque da indústria nos países “industrializados”(MENDES E DIAS, 1991).

No Brasil, embora esta atuação tenha se apresentado tardiamente, estendeu-se por várias direções, entre elas, na vertente acadêmica e nas instituições. Na década de 70, expressou-se na regulamentação do Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Apesar da visão inovadora e das medidas tomadas no sentido de regulamentar a prática, de acordo com os autores, o modelo de saúde ocupacional não conseguiu alcançar os objetivos propostos. A semelhança com o antigo modelo de medicina do trabalho firmado no mecanicismo, a proposta interdisciplinar acontecendo de forma desarticulada e dificultada pelas lutas corporativas, a falta de ritmo para acompanhar as transformações do processo de trabalho e um modelo que ainda vê no trabalhador um “objeto” das ações de saúde, foram alguns dos fatores determinantes para explicar a insuficiência desta prática.

Além destes, os cenários políticos e sociais que determinam sua origem e desenvolvimento, são ressaltados na insuficiência da saúde operacional e no surgimento da saúde do trabalhador. Em um período transacional, da segunda metade da década de 60 para a década de 70, muitas mudanças ocorreram no contexto do trabalho. Com o surgimento de uma nova visão do trabalho e com o questionamento acerca do significado do trabalho na vida das pessoas.

A discussão sobre saúde/doença mental e trabalho pode ser pautada em diversas abordagens e tem se tornado tema recorrente em estudos e pesquisas da psicologia.

De acordo com Jacques (2003) este interesse é consequência do número crescente de transtornos mentais e do comportamento associados ao trabalho. Diversas teorias psicológicas relacionadas ao tema vêm reafirmando a importância do trabalho na constituição do sujeito e na sua inserção social como estratégia de saúde e como associado ao adoecimento mental.

A autora apresenta algumas abordagens propostas no âmbito da saúde mental em seus vínculos com o trabalho, seus pressupostos e sua articulação com a psicologia. Dentre elas, cita, as teorias sobre estresse, a psicodinâmica do trabalho, abordagens com base no modelo epidemiológico ou diagnóstico e os estudos e pesquisas em subjetividade e trabalho.

Dentre os diversos aspectos conceituais relativos às teorias sobre estresse, a autora discorre sobre o estresse psicológico como sendo uma relação entre a pessoa e o ambiente, que é avaliado como prejudicial ao seu bem-estar. A relação entre o estresse e o trabalho se dá devido à relevância

que este apresenta no cotidiano das pessoas, transformando-o em um dos principais fatores desencadeantes do estresse.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como referência os diversos autores citados, é possível observar que ao longo da história do trabalho, independentemente dos interesses ou áreas de atuação, sempre houve uma preocupação com a relação saúde/doença mental do trabalhador. Elencando o referencial teórico com a situação atual das organizações e da atuação do psicólogo, principalmente na área da educação, nesta área é possível avaliar que a preocupação com o bem-estar físico e mental dos colaboradores é cada vez maior, tendo em vista os investimentos que são feitos nesse sentido.

Estes investimentos se dão devido às constantes transformações nas relações de trabalho, o colaborador deixou de ser visto apenas como um objeto de produção e se tornou um indivíduo com habilidades e aptidões capazes de contribuir para o crescimento da organização em que se insere, e aos poucos está se transformando em um recurso valioso nas instituições.

Por outro lado, temos os colaboradores que continuam adoecendo dentro das instituições, expondo uma realidade, por vezes controversa, de que os esforços por melhorias no ambiente físico de trabalho e na qualidade de vida apenas, não são suficientes. Faz necessário compreender de que forma o colaborador significa o ambiente em que está inserido e a intensidade em que vivencia o sentido deste trabalho, ou seja, o significado da docência em sua carreira, pois salientamos que alguns educadores estão em sala de aula por identificação, outros visam complementar sua renda. Nesse sentido, os estudos da psicologia relacionados saúde/doença mental e trabalho vêm se intensificando, em busca do entendimento em relação a estas questões de bem-estar do indivíduo em sua totalidade e não apenas como trabalhador.

REFERÊNCIAS

DEJOURS, CRISTOPHE. **A Loucura do Trabalho**. São Paulo: Editora Cortez, 1992

DOR, J. **Estruturas e Clínica Psicanalítica**. Livraria Taurus-Timbre editores, Rio de Janeiro, 1991

GOULART, Í. B. **Psicologia da educação**: Fundamentos Teóricos e aplicações à Prática Pedagógica. 14.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

KRECH, D.; CRUTCHFIELD, R. **Elementos de Psicologia** (Vols. 1-2). São Paulo, SP: Pioneira.

MENDES, R.; DIAS C. E. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista Saúde Pública**, v. 25, n. 5, São Paulo, 1991.

PAZ, M. L.; FRADE, C. A História de Nair: a Força da Identidade Institucional para a Permanência na Docência em Matemática. **Bolema** v. 30 n. 56, Rio Claro set./dez. 2016

SANTOS, C. C.; PEREIRA, F.; LOPES, A. Experiências da Gestão Acadêmica da Docência Universitária. **Educ. Real**. v. 43 n.3 Porto Alegre jul./set. 2018 Epub 09-Abr-2018

ZANELLI, B. A. B. **Psicologia, Organizações Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.